

a difícil situação social nesta ilha, nomeadamente tudo o que possa pegar postos de trabalho existentes.

O PAICV em S. Vicente, reitera a sua disponibilidade para participar na discussão e busca de solução para os problemas que afectam a população da ilha, na certeza de que a Terra é de todos, e que a Participação é um Direito de qualquer Cidadão, Grupo ou Partido Político.

VI

SITUAÇÃO POLÍTICA

No que respeita à situação política, o PAICV em S. Vicente apreciou os assuntos que tem vindo a merecer a atenção pública nos últimos dois meses, nomeadamente:

- A proposta de Redução dos Poderes Presidenciais
 - A tentativa de mudança da Bandeira Nacional
 - A recente atitude ilegal do Procurador-Geral.
1. No que respeita à redução dos Poderes Presidenciais, associamo-nos à população de S. Vicente no sentido de reafirmar a nossa posição

contrária e de lutar pelas vias legais, por uma solução que melhor sirva aos interesses da Nação.

2. Com relação à Bandeira, símbolo do Orgulho da Nação e da Dignidade reconquistada com a Independência do País, o PAICV em S. Vicente, denuncia o atropelo que se quer cometer, em total desrespeito pelo sentimento nacional e pelos órgãos competentes, pelo que solicita à Mesa da Assembleia e o seu Presidente, e solicita ainda a especial atenção do Sr. Presidente da República, impedindo que assunto de tão transcendente importância, se limite à arbitrariedade de uma Comissão Eventual, formada unilateralmente por alguns Deputados do MpD, e que pretende impor facto consumado a uma Nação inteira;
 3. Apreciando a situação criada pela prisão ilegal, abusiva e prepotente, do Major Carlos Andrade, o PAICV em S. Vicente considera que o Procurador-Geral da República desprestigiou a Justiça, o Estado que se quer de Direito e as altas funções em que foi investido.
- O PAICV em S. Vicente exige, pois, a demissão do actual Procurador-Geral da República.



O PAICV E A SITUAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL EM S. VICENTE

Declarações do Presidente da Câmara de S. Vicente sobre a situação de fome nesta ilha tem sido motivo de apreciações várias, quer da parte da população, quer da parte do MpD, Governo e Deputados pelo MpD, em S. Vicente.

O PAICV em S. Vicente, não poderia ficar indiferente, em assunto de tamanha importância política e social. Todavia, não quis opinar na base da emoção, da ligeireza de análise, ou de argumentos ultrapassados, pelo que só agora o faz.

Uma ampla consulta foi realizada a todas as estruturas partidárias na ilha, alargada a um significativo número de amigos do PAICV, a operadores económicos, a algumas instituições. Os dados recolhidos nem sempre foram suficientes, mas analisados no seu conjunto, oferecem já um esboço razoável da situação.

E é nesta base que o PAICV torna público a sua apreciação da situação em S. Vicente.

I

SITUAÇÃO SOCIAL

A população de S. Vicente, na sua maioria, acolheu favoravelmente as declarações do Presidente da Câmara. Na verdade a situação social é preocupante, tendo sido entendidas tais declarações como um ALERTA antecipado, face ao agravamento permanente das condições de vida da po-

pulação desta ilha.

É inegável que a difícil situação económica e social de S. Vicente não é de hoje, mas também é inegável que todos os indicadores apontam para um agravamento das condições de vida em 1991.

Vejamos pois algumas constatações, recolhidas durante a nossa consulta:

1. O Desemprego é hoje maior, primeiro porque praticamente não houve criação de novos empregos, e depois porque nalgumas Empresas, tal como a Cabnave, a Empa e a Morabeza, bem como nas FAIMO se verificou uma redução de pessoal, seja nas Frentes do ex-MDRP (quase 50% em relação a 1989), seja nas Frentes do ex-MOP.
2. Géneros de primeira necessidade sobem de preço, como sejam o Milho, Arroz, Azeite e Leite, no quadro aliás de uma subida generalizada de preços.
3. Roturas de «Stock» sucedem-se, criando-se uma situação de instabilidade nos orçamentos familiares.
4. As Mercearias de venda a retalho, praticamente deixaram de fornecer a crédito, devido à fraca capacidade de pagamento dos seus fregueses habituais.

Mindelo, 6 de Maio de 1992

O SECTOR DE S. VICENTE DO PAICV

5. Os Comerciantes e outros operadores económicos têm dificuldade em responder aos seus compromissos junto ao Banco e junto às Finanças Públicas, dada a diminuição do volume de negócios.

6. O Banco aumenta as Taxas de Juro, agravando mais ainda as condições económicas e sociais.

Resumindo: As pessoas dizem que há comida, mas não há dinheiro para comprar.

II

SITUAÇÃO ECONÓMICA

1. As actividades económicas ligadas ao Porto Grande, enfraqueceram-se em 1991, pois que:

a) o movimento no Porto Grande reduziu-se, passando de 459 navios em 1990 (total de fundeados e atracados) para 288 em 1991 (redução de 38%). O reflexo directo foi a diminuição do número de dias de trabalho por estivador, que caiu de uma média de 14 dias por mês em 1990, para 10 dias em 1991; a diminuição do reabastecimento de combustíveis em cerca de 50%;

b) Respeitante à Cabnave, houve também uma redução do número de barcos em reparação, o que levou a uma redução de pessoal de 280 pessoas em princípios de 1990 para 206 actualmente;

c) A Agência Nacional de Viagens que agenciou 275 navios em 1990, só agenciou 170 em 1991

(redução de 38%);

2. No sector do Comércio, a estagnação é evidente. Não há um Comerciante, seja importador, seja retalhista, que não se queixa da estagnação ou da redução do volume de vendas;

3. No sector Industrial, a única novidade foi a entrada em funcionamento da Fábrica de Sabões, que só emprega 18 pessoas;

Em quase todos os ramos industriais se enfrentam dificuldades, quer seja na Metalomecânica, no Ramo Alimentar, na Transformação da Madeira e mesmo nas Pescas;

Basta ver que o consumo de energia eléctrica no sector industrial diminuiu de 12% em relação a 1990, para se ter uma aproximação do retrocesso industrial em 1991;

4. No que respeita ao sector de Construção Civil, normalmente um dos principais geradores de emprego na ilha, os indicadores apontam para uma estagnação em 1991.

A agravar ainda este panorama, é preciso contar com:

a) A significativa redução da emigração;

b) A anunciada reconversão/extinção das Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra em S. Antão que aumentará significativamente o fluxo de pessoas para S. Vicente, dada a situação também difícil vivida na ilha

vizinha;

c) A provável privatização de algumas Empresas Públicas, com as inevitáveis reduções de pessoal.

Resumindo, o que se está a assistir de facto é o empobrecimento geral da população com consequências gravosas para as camadas mais desfavorecidas da população.

III

Face a este Quadro preocupante, e confrontados com a denúncia pública de uma provável situação de Fome em S. Vicente, o MpD, o Governo e os seus Deputados, reagem da forma menos recomendável:

- Os Deputados do MpD em S. Vicente realizam visitas relâmpagos a algumas Localidades, para concluírem que a situação não é alarmante;

- O Partido MpD redige um Comunicado vergonhoso, com a preocupação exclusiva de insultar o PAICV, esquecendo-se que o que está em discussão é a difícil situação económica e social, que se vive em S. Vicente;

- O Governo exhibe Projectos cuja concretização exigirão muito tempo ainda.

O que se precisava, sim, era de um Programa de Emergência, convenientemente estruturado e que tivesse arrancado há muitos meses atrás. E o MpD não estaria a inventar nada, porque foi sempre assim que fez o PAICV, nos anos seguintes aos maus anos agrícolas.

IV

O MpD prometeu um Programa de Combate à Miséria. E deixou entender que a difícil situação social em Cabo Verde era devido à Incompetência, ao Esbanjamento, aos Roubos e à Corrupção.

O MpD prometeu, mas já se esqueceu. Aliás distraído com outras questões, parece mais preocupado com a conservação do Poder, do que com os problemas do País.

A declaração de Fome em S. Vicente proferida pelo Presidente da Câmara, chama a atenção do Governo para a grave situação social que se vive na ilha. E se as situações se agravaram, como parece ser o caso, então teremos de admitir a existência de famílias que passam Fome.

Chegados a este ponto, não nos interessa discutir agora as Culpas do MpD. Mas recusamo-nos a Fechar os Olhos perante assunto de tanta gravidade.

V

Face a esta situação o Sector de S. Vicente do PAICV, em sintonia com as preocupações da população da ilha, solicita com urgência ao Governo que:

1. Divulgue publicamente o Programa de Emergência que diz ter para S. Vicente.

2. Mandar realizar um inquérito sobre as condições de vida em S. Vicente e particularmente sobre o emprego.

3. Se adopte a maior ponderação na adopção de qualquer medida susceptível de agravar ainda mais